



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
 RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0014423-58.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Ameaça (Violência Doméstica Contra a Mulher)**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Inivaldo Tadeu Rosa Junior**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

Vistos.

INIVALDO TADEU ROSA JUNIOR, portador do RG nº 33.803.927-SSP/SP, filho de Inivaldo Tadeu Rosa Júnior e Dalva Marques da Silva Rosa, nascido aos 24/01/1981, foi denunciado como incurso (por duas vezes) no artigo 147, caput, cc. artigo 61, II, “e” e “f”, ambos do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/2006, porque, segundo a denúncia, no dia 25 de outubro de 2017, por volta das 09h00, na Rua Nove de Julho nº 443, nesta cidade e Comarca, o acusado, em razão da relação íntima de afeto, ameaçou, por palavras e gestos, sua ex-companheira *Érica Naiara de Souza* de causar-lhe mal injusto e grave.

Consta, ainda, que no dia 16 de fevereiro de 2018, por volta das 16h30, na Rua Nove de Julho nº 485, nesta cidade e Comarca, o acusado, em razão da relação íntima de afeto, ameaçou, por palavras e gestos, sua ex-companheira *Érica Naiara de Souza* de causar-lhe mal injusto e grave.

É dos autos que autor e vítima conviveram por aproximadamente 09 (nove) anos, resultando dessa união o nascimento de uma filha. Segundo se apurou, o denunciado não aceita o término do relacionamento, sendo que, em diversas ocasiões, ele ronda a casa da vítima, bem como a espreita, monitora a vida de *Érica*. Além disso, envia com frequência mensagens via WhatsApp para a vítima, contendo ameaças de agressão e morte (fls. 26/28).

Em razão de tais fatos, foram concedidas medidas de segurança em favor da vítima, conforme decisão de fl. 13 do apenso.

Embora notificado das medidas protetivas deferidas, o denunciado, no dia 16 de fevereiro de 2018, foi até o local de trabalho de *Érica*, onde a ameaçou de morte, causando enorme temor à vítima.

Representação às fls. 02 e 20.

Interrogado às fls. 45/46, o acusado negou que tenha tentado atropelar *Érica* e garantiu que nunca a ameaçou de morte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A denúncia foi recebida em 26 de março de 2018, ocasião em que fora decretada a prisão preventiva do denunciado (fls. 66/67).

O mandado de prisão foi devidamente cumprido em 18 de abril de 2018 (fl. 84).

O réu devidamente citado (fls. 150) e ofereceu resposta à acusação (fls. 124/127).

Durante a instrução processual, foram ouvidas a vítima, duas testemunhas de acusação e uma de defesa, por fim, o réu foi interrogado, bem foi concedida a sua liberdade provisória mediante aplicação das medidas cautelares previstas nos incisos I e IV, do artigo 319, do CPP.

Alvará de soltura (fl. 235).

Em alegações finais (fls. 216/218 e 252/253), o Dr. Promotor de Justiça pugnou condenação nos termos da denúncia. Em contrapartida, requer a Defesa a absolvição, por insuficiência probatória e, subsidiariamente, em caso de condenação, a fixação da pena-base em seu mínimo legal (fls. 258/262).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O presente ação penal deve ser acolhida.

As provas trazidas aos autos demonstraram que o réu cometeu as infrações penais que lhe foram imputadas na denúncia.

A materialidade está comprovada pelo boletim de ocorrência de fls. 05/07 e 16/17, pelas declarações da vítima e pelos depoimentos das testemunhas, pelas mensagens enviadas por WhatsApp e acostadas as fls. 26/28, bem como pelo laudo pericial de fls. 92/115.

A autoria também é certa.

Restou claro que o acusado, numa primeira ocasião, jogou seu veículo contra a vítima e a testemunha Adnalva, quando elas atravessavam a rua, bem como as perseguiu correndo, exigindo que se abrigassem no estabelecimento comercial em que trabalhavam. Além disso, em outra ocasião, o acusado foi até a loja em que a vítima trabalhava e lá proferiu ameaças de morte contra ela.

Tanto a vítima quanto as testemunhas ouvidas deixaram claro as promessas de mal proferidas pelo acusado.

O laudo pericial de fls. 92/115 traz imagens captadas pelo sistema de monitoramento da loja, revelando que a vítima ficou desesperada assim que o réu ingressou naquele local.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O mesmo se diga do teor das mensagens acostadas as fls. 26/28 que foram direcionadas à vítima, conforme depoimento prestado por sua irmã Aline (fl. 49).

A vítima já tinha em seu favor medida protetiva conferida em outra oportunidade diante de violência doméstica praticada pelo acusado (fl. 18) e mesmo assim ele insistia em procurá-la e importuná-la.

A testemunha de defesa, *Dalva Marques da Silva*, genitora do acusado, limitou-se a dizer os motivos pelos quais ele teria terminado o relacionamento com a vítima.

Embora o réu tenha negado a prática do crime durante seu interrogatório, sua versão não passa de mero expediente de defesa, restando totalmente isolada do contexto probatório produzido nos autos.

A vítima e as testemunhas de acusação apresentaram depoimentos uníssomos, tanto na investigação como em juízo.

Pelo contexto narrado não há dúvida que o acusado praticou os delitos narrados na denúncia. Não há causas excludentes de ilicitude ou de culpabilidade.

Cumprе mencionar que o depoimento da vítima é muito valioso, uma vez que, quase sempre, em casos como esse, apenas ela esta presente no local dos fatos.

Nesse sentido:

“Em crimes praticados no âmbito doméstico e familiar, geralmente cometido à ausência de testemunhas, as declarações prestadas pela vítima assumem especial relevância, sendo suficiente para sustentar o decreto condenatório se harmônicas e coesas entre si” (TJDF – Rec nº 2010.08.1.001.339-6 – Ac. 511.403 – 2ª T. Criminal - Rel. Des. Roberval Casemiro Belinati – DJDFTE 20.06.2011).

“Nos delitos que envolvem violência doméstica, praticados, na maioria das vezes, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima é de suma importância para a elucidação dos fatos, e sendo ela coerente é o quanto basta para alicerçar o Decreto condenatório” (TJMG – APCR nº 0.915.081-06.2010.8.13.0024 – Rel. Des. Adilson Lamunier – J. 28.08.2012 – DJEMG 03.09.2012).

Não prospera a pretensão da defesa para que seja reconhecida a atipidade da conduta do réu, por ausência de dolo. Pelo contexto em que as ameaças foram proferidas, está evidente que o réu efetivamente pretendia incutir temor a ela. Não se tratou, portanto, de bravata proferida em momento de descontrole emocional, mas de clara ameaça.

Portanto, a condenação é mesmo medida que se impõe.

Passo à aplicação da pena.

Com fulcro nos artigos 59 e 68 do Código Penal, respeitado o sistema trifásico, observo que - não só pelo caso *sub judice* como também pela FA - o acusado possui personalidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

agressiva, bem como maus antecedentes. Logo, para cada um dos crimes de ameaça praticados por ele, fixo a pena base acima do mínimo legal, ou seja, em 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção.

Na segunda fase não há atenuantes, mas sim as agravantes da reincidência (cf. Certidão de fls. 245/248) e do art. 61, II, “e” e “f” do Código Penal, razão pela qual majoro a pena de cada um dos crimes em 1/3 (um terço), restando em 1 (um) mês e 16 (dezesesseis) dias de detenção.

No terceiro estágio não há causas de diminuição, nem diminuição da pena, razão pela qual torno definitiva no montante acima fixado.

Considerando que o réu praticou dois crimes de ameaça, deve ser reconhecido o concurso material entre eles, na medida em que, embora da mesma espécie, os crimes não podem ser considerados praticados em continuidade delitiva, devido ao espaço de tempo existente entre eles – 25 de outubro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018. Desse modo, as penas devem ser somadas, totalizando **03 (três) meses e 02 (dois) dias de detenção**.

O regime inicial de cumprimento da pena será o semiaberto, uma vez que o réu é reincidente e a pena é de detenção (art. 33, *caput*, do Código Penal).

Não faz jus o réu à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, por vedação expressa do art. 44, inciso I, do Código Penal, pois os crimes foram cometidos com violência e grave ameaça à pessoa (STJ - RESP 331075/SC e HC 32240/RS). Além disso, vedado pela Lei nº 11.340/2006.

Outrossim, incabível a substituição da pena privativa de liberdade por “sursis”, porque o réu é reincidente e seria insuficiente para reprimir a sua conduta.

Diante do exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação penal que a Justiça Pública move contra **INIVALDO TADEU ROSA JUNIOR**, portador do RG nº 33.803.927-SSP/SP, filho de Inivaldo Tadeu Rosa Júnior e Dalva Marques da Silva Rosa, nascido aos 24/01/1981, e o **CONDENO** à pena de 03 (três) meses e 02 (dois) dias de detenção, no regime inicial semiaberto, como incurso no artigo artigo 147, cc. artigo 61, II, “e” e “f”, ambos do Código Penal (por duas vezes), na forma da Lei nº 11.340/2006.

Concedo o direito de recorrer em liberdade, ante o regime de pena aplicado.

Custas na forma da Lei Estadual nº 11.608/03, observado o art. 12 do artigo 98, § 3º do Novo Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

Araraquara, 28 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min